

## SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL

## Termo de Referência 57/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
57/2025	510181-SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL	JULIANA DA SILVA	19/11/2025 09:11 (v 0.16)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	78/2025	35014.147965/2025-57

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços visando a futura aquisição de material de consumo (itens para adequação de acessibilidade), incluindo a entrega, para atender as necessidades da Superintendência Regional Sul do INSS e das suas unidades vinculadas nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATMAT	Descrição	Unidade	Quantidade Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
1	615209	<b>Alarme de emergência para sanitário PNE sem fio:</b> Dotado de botão de acionamento manual e um dispositivo de sinalização audiovisual. Deve atender os requisitos da ABNT NBR 9050, composto por um alarme audiovisual e um acionador funcionando em conjunto através de radiofrequência, com alcance de 50 m (sem barreiras). Quando acionado, o alarme deve emitir um sinal sonoro (110 dBA) e visual com flashes de LED de alto brilho ininterruptamente, alertando os responsáveis pelo monitoramento e vigilância do local sobre eventuais emergências. Referências: “Alarme Audiovisual Sem Fio com Botão Cogumelo e Etiqueta Fotoluminescente Bivolt” (Proflux); “Botoeira / Acionador Manual PNE – Para Emergência em Sanitário de Portador de Necessidade Especial” (Abafire); Alarme PCD/PNE (Planeta Acessível); ou material equivalente.	un	386	372,50	143.785,00
2	615209	<b>Alarme de emergência para sanitário PNE sem fio:</b> Dotado de botão de acionamento manual e um dispositivo de sinalização audiovisual. Deve atender os requisitos da ABNT NBR 9050, composto por um alarme audiovisual e um acionador funcionando em conjunto através de radiofrequência, com alcance de 50 m (sem barreiras). Quando acionado, o alarme deve emitir um sinal sonoro (110 dBA) e visual com flashes de LED de alto brilho ininterruptamente, alertando os responsáveis pelo monitoramento e vigilância do local sobre eventuais emergências. Referências: “Alarme Audiovisual Sem Fio com Botão Cogumelo e Etiqueta Fotoluminescente Bivolt” (Proflux); “Botoeira / Acionador Manual PNE – Para Emergência em Sanitário de Portador de Necessidade Especial” (Abafire); Alarme PCD/PNE (Planeta	un	128	372,50	47.680,00

		Acessível); ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME/EPP em 25%</b>				
3	290960	<b>Sinalizador sonoro e visual para entrada e saída de veículos:</b> Dispositivo bivolt, fabricado em PVC, com luzes em LED nas cores vermelha e amarela, base de fixação metálica e alarme sonoro integrado. Indicado para uso externo, com proteção à prova d'água (grau de proteção IP adequado), destinado à sinalização de entrada e saída de veículos em portões de garagem ou acessos a estacionamentos voltados para o passeio público. Deve garantir alta visibilidade e audibilidade, mesmo em ambientes externos com iluminação natural e ruído ambiente. Referências: “Sinalizador de Garagem - TESS-1L” (Toller); “Sinalizador Entrada/Saída de Veículos Totem Sonoro” (Marinil); “Sinalizador De Garagem Slim Bivolt Ip65 C/ Sonoro” (Ilutron); ou material equivalente. OBS: CATMAT 290960 – tensão nominal 220V e CATMAT 244874 – tensão nominal 110V. Solicitar cadastro de sinalizador de segurança Bivolt (220/110V) para entrada e saída de veículos	un	257	184,50	47.416,50
4	412014	<b>Assento Sanitário Acessível para Vaso PNE:</b> Assento sanitário compatível com vaso sanitário acessível (PNE), fabricado em polipropileno de alta resistência, sem abertura frontal, com superfície lisa e contínua, que evita o acúmulo de germes, sujeiras e facilita a higienização. Deve possuir acabamento uniforme, bordas arredondadas e fixação segura, atendendo aos critérios de conforto, segurança e acessibilidade estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2020. Referências: “Assento de Vaso Sanitário Soft Close Deca Vogue Plus Branco” (Deca); “Assento original Acesso Confort” (Celite); ou material equivalente.	un	386	169,72	65.511,92
5	412014	<b>Assento Sanitário Acessível para Vaso PNE:</b> Assento sanitário compatível com vaso sanitário acessível (PNE), fabricado em polipropileno de alta resistência, sem abertura frontal, com superfície lisa e contínua, que evita o acúmulo de germes, sujeiras e facilita a higienização. Deve possuir acabamento uniforme, bordas arredondadas e fixação segura, atendendo aos critérios de conforto, segurança e acessibilidade estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2020. Referências: “Assento de Vaso Sanitário Soft Close Deca Vogue Plus Branco” (Deca); “Assento original Acesso Confort” (Celite); ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME/EPP em 25%</b>	un	128	169,72	21.724,16
6	274654	<b>Kit com vaso sanitário e assento acessíveis:</b> Conjunto composto por vaso sanitário acessível, em louça branca, modelo convencional (sem caixa acoplada), sem abertura frontal, com altura entre 43 cm e 45 cm do piso acabado, e 46 cm considerando o assento, conforme especificações da ABNT NBR 9050:2020. O assento sanitário deve ser fabricado em polipropileno de alta resistência, sem abertura frontal, com superfície lisa e contínua, que evita o acúmulo de germes e sujeiras, facilitando a higienização. Deve possuir acabamento uniforme, bordas arredondadas e fixação segura, atendendo aos critérios de conforto, segurança e acessibilidade. A ligação hidráulica deve ser realizada por meio de tubo de ligação ajustável cromado de 1.1/2”, acompanhado dos respectivos acessórios cromados, garantindo vedação adequada e acabamento estético compatível com ambientes acessíveis. Deve estar em consonância com a NBR16729 DE 05/2019 Assentos sanitários — Requisitos e métodos de ensaio Referências: “Linha Vogue Plus P.510” (Deca - Duratex S.A.); “Assento de Vaso Sanitário Soft Close Deca Vogue Plus Branco” (Deca); ou material equivalente.	un	399,00	690,82	275.637,18
		<b>Kit com vaso sanitário e assento acessíveis:</b> Conjunto composto por vaso sanitário acessível, em louça branca, modelo convencional (sem caixa acoplada), sem abertura frontal, com altura entre 43 cm e 45 cm do piso acabado, e 46 cm considerando o assento, conforme especificações da ABNT NBR 9050:2020. O assento				

7	274654	sanitário deve ser fabricado em polipropileno de alta resistência, sem abertura frontal, com superfície lisa e contínua, que evita o acúmulo de germes e sujeiras, facilitando a higienização. Deve possuir acabamento uniforme, bordas arredondadas e fixação segura, atendendo aos critérios de conforto, segurança e acessibilidade. A ligação hidráulica deve ser realizada por meio de tubo de ligação ajustável cromado de 1.1/2”, acompanhado dos respectivos acessórios cromados, garantindo vedação adequada e acabamento estético compatível com ambientes acessíveis. Deve estar em consonância com a NBR16729 DE 05/2019 Assentos sanitários — Requisitos e métodos de ensaio Referências: “Linha Vogue Plus P.510” (Deca - Duratex S.A.); “Assento de Vaso Sanitário Soft Close Deca Vogue Plus Branco” (Deca); ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME /EPP em 25%</b>	un	115	690,82	79.444,30
8	391727	<b>Torneira de bancada com dispositivo hidromecânico:</b> Torneira de mesa com acionamento manual e fechamento automático por dispositivo hidromecânico, com tempo de fechamento entre 10 e 20 segundos, conforme especificado na ABNT NBR 9050:2020, item 7.8.2. O esforço necessário para acionamento não deve ultrapassar 23 N, garantindo acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Fabricada com corpo em liga de cobre com acabamento cromado polido, dotada de arejador embutido, bitola 1/2" - DN 15, e classe de pressão de 2 a 40 m.c.a. Instalação do tipo mesa (bancada). Produto indicado para ambientes acessíveis, com acionamento facilitado e controle de consumo de água. Estar em consonância com a NBR10281 DE 06/2024 Torneiras — Requisitos e métodos de ensaio Referências: “Docol Pressmatic 110” (Docol Metais Sanitários); “Biopress 1180-BIO” (Fabrimar S.A.);	un	514	154,17	79.243,38
9	397961	<b>Cabide em Aço Inoxidável com Fixação Oculta (Acessível):</b> Cabide fabricado em aço inoxidável AISI 304, resistente à corrosão e adequado para ambientes úmidos, de acordo com a ABNT NBR 5601. Deve suportar carga compatível com o uso em sanitários acessíveis, possuir bordas arredondadas e superfície lisa, facilitando a limpeza e a conservação. A fixação deve ser oculta por parafusos, com sistema anti-furto, garantindo segurança e acabamento discreto, conforme ABNT NBR 10065 que especifica os requisitos para elementos de fixação de aço inoxidável, o que pode incluir os parafusos e buchas usados na fixação do cabide Produto indicado para instalação em sanitários acessíveis, conforme diretrizes da ABNT NBR 9050:2020. Referências: “Cabide Simples Inox” (Kromus); ou material equivalente.	un	514	62,90	32.330,60
10	399617	<b>Espelho Simples para Sanitário Acessível:</b> Espelho plano, com dimensões de 90 cm x 50 cm, fabricado em material com espessura mínima de 4 mm, resistente a quebras e impactos, garantindo maior durabilidade e segurança. Deve atender a ABNT NBR 15198: Beneficiamento e instalação de espelhos de prata. Deve possuir bordas polidas, sem rebarbas cortantes, e permitir fixação segura diretamente na parede por meio de fita dupla face industrial de alta resistência, dispensando parafusos aparentes. Indicado para instalação em sanitários acessíveis, conforme diretrizes da ABNT NBR 9050:2020. Referências: Cebrace; Guardian; Saint-Gobain; AGC; Vivix; ou material equivalente.	un	386	231,31	89.285,66
11	399617	<b>Espelho Simples para Sanitário Acessível:</b> Espelho plano, com dimensões de 90 cm x 50 cm, fabricado em material com espessura mínima de 4 mm, resistente a quebras e impactos, garantindo maior durabilidade e segurança. Deve atender a ABNT NBR 15198: Beneficiamento e instalação de espelhos de prata. Deve possuir bordas polidas, sem rebarbas cortantes, e permitir fixação segura diretamente na parede por meio de fita dupla face industrial de alta resistência, dispensando parafusos aparentes. Indicado para instalação em sanitários acessíveis, conforme diretrizes da ABNT	un	128	231,31	29.607,68

		NBR 9050:2020. Referências: Cebrace; Guardian; Saint-Gobain; AGC; Vivix; ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME /EPP em 25%</b>				
12	389596	<b>Barra de apoio reta com 40 cm em aço inox AISI 304:</b> Barra de apoio reta confeccionada em aço inoxidável AISI 304, com diâmetro de 32 mm (ø 1 ¼”) e comprimento de 400 mm. Possui canoplas de acabamento e atende aos requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020. Suporta carga de até 150 kg. A instalação deve ser realizada com parafusos e buchas adequadas ao tipo de superfície. Referências: “Barra de apoio 40 cm Cod. 90009637016” (Docol); “Barra de Apoio” (Planeta Acessível); ou material equivalente.	un	1161	209,94	243.740,34
13	389596	<b>Barra de apoio reta com 40 cm em aço inox AISI 304:</b> Barra de apoio reta confeccionada em aço inoxidável AISI 304, com diâmetro de 32 mm (ø 1 ¼”) e comprimento de 400 mm. Possui canoplas de acabamento e atende aos requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020. Suporta carga de até 150 kg. A instalação deve ser realizada com parafusos e buchas adequadas ao tipo de superfície. Referências: “Barra de apoio 40 cm Cod. 90009637016” (Docol); “Barra de Apoio” (Planeta Acessível); ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME /EPP em 25%</b>	un	381	209,94	79.987,14
14	343594	<b>Barra de apoio retas com 80 cm em aço inox AISI 304:</b> Barra de apoio reta confeccionada em aço inoxidável AISI 304, com diâmetro de 32 mm (ø 1 ¼”) e comprimento de 800 mm. Possui canoplas de acabamento e atende aos requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020. Suporta carga de até 150 kg. A instalação deve ser realizada com parafusos e buchas adequadas ao tipo de superfície, garantindo firmeza e segurança. Referências: “Barra de apoio 80 cm Cod. 90009637016” (Docol); “Barra de Apoio” (Planeta Acessível); ou material equivalente.	un	1234	258,95	319.544,30
15	343594	<b>Barra de apoio retas com 80 cm em aço inox AISI 304:</b> Barra de apoio reta confeccionada em aço inoxidável AISI 304, com diâmetro de 32 mm (ø 1 ¼”) e comprimento de 800 mm. Possui canoplas de acabamento e atende aos requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020. Suporta carga de até 150 kg. A instalação deve ser realizada com parafusos e buchas adequadas ao tipo de superfície, garantindo firmeza e segurança. Referências: “Barra de apoio 80 cm Cod. 90009637016” (Docol); “Barra de Apoio” (Planeta Acessível); ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME /EPP em 25%</b>	un	308	258,95	79.756,60
16	602961	<b>Piso tátil alerta interno: Placas coláveis de PVC flexível, nas dimensões de 25 x 25 cm.</b> As placas devem possuir superfície antiderrapante, lavável, sem arestas vivas e com desnível chanfrado, não excedendo 2 mm em relação ao piso adjacente, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020 e NBR16537 DE 01 /2024 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. A fixação deverá ser realizada por meio de adesivo de contato adequado ao tipo de superfície. <b>Cor: Preta.</b> Referências: Piso Tátil Alerta 25x25cm   PVC Direct Borrachas; Piso Tátil PVC 25x25cm Marwell Industrial; ou material equivalente.	un	9638	10,82	104.283,16
17	602961	<b>Piso tátil alerta interno: Placas coláveis de PVC flexível, nas dimensões de 25 x 25 cm.</b> As placas devem possuir superfície antiderrapante, lavável, sem arestas vivas e com desnível chanfrado, não excedendo 2 mm em relação ao piso adjacente, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020 e NBR16537 DE 01 /2024 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. A fixação deverá ser realizada por meio de adesivo de contato adequado ao tipo de superfície. <b>Cor: Preta.</b> Referências: Piso Tátil Alerta 25x25cm   PVC Direct Borrachas; Piso Tátil PVC 25x25cm Marwell Industrial; ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME /EPP em 25%</b>	un	3212	10,82	34.753,84
		<b>Piso tátil alerta interno: Placas coláveis de PVC flexível, nas</b>				

18	602961	<b>dimensões de 25 x 25 cm.</b> As placas devem possuir superfície antiderrapante, lavável, sem arestas vivas e com desnível chanfrado, não excedendo 2 mm em relação ao piso adjacente, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020 e NBR16537 DE 01 /2024 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. A fixação deverá ser realizada por meio de adesivo de contato adequado ao tipo de superfície. <b>Cor: Amarela.</b> Referências: Piso Tátil Alerta 25x25cm   PVC Direct Borrachas; Piso Tátil PVC 25x25cm Marwell Industrial; ou material equivalente.	un	9638	10,82	104.283,16
19	602961	<b>Piso tátil alerta interno: Placas coláveis de PVC flexível, nas dimensões de 25 x 25 cm.</b> As placas devem possuir superfície antiderrapante, lavável, sem arestas vivas e com desnível chanfrado, não excedendo 2 mm em relação ao piso adjacente, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020 e NBR16537 DE 01 /2024 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. A fixação deverá ser realizada por meio de adesivo de contato adequado ao tipo de superfície. <b>Cor: Amarela.</b> Referências: Piso Tátil Alerta 25x25cm   PVC Direct Borrachas; Piso Tátil PVC 25x25cm Marwell Industrial; ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME /EPP em 25%</b>	un	3212	10,82	34.753,84
20	602963	<b>Piso tátil direcional interno: Placas coláveis de PVC flexível, nas dimensões de 25 x 25 cm.</b> As placas devem possuir superfície antiderrapante, lavável, sem arestas vivas e com desnível chanfrado, não excedendo 2 mm em relação ao piso adjacente, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020 e NBR16537 DE 01 /2024 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. A fixação deverá ser realizada por meio de adesivo de contato adequado ao tipo de superfície. <b>Cor: Preta.</b> Referências: Piso Tátil Alerta 25x25cm   PVC Direct Borrachas; Piso Tátil PVC 25x25cm Marwell Industrial; ou material equivalente.	un	9638	10,49	101.102,62
21	602963	<b>Piso tátil direcional interno: Placas coláveis de PVC flexível, nas dimensões de 25 x 25 cm.</b> As placas devem possuir superfície antiderrapante, lavável, sem arestas vivas e com desnível chanfrado, não excedendo 2 mm em relação ao piso adjacente, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020 e NBR16537 DE 01 /2024 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. A fixação deverá ser realizada por meio de adesivo de contato adequado ao tipo de superfície. <b>Cor: Preta.</b> Referências: Piso Tátil Alerta 25x25cm   PVC Direct Borrachas; Piso Tátil PVC 25x25cm Marwell Industrial; ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME /EPP em 25%</b>	un	3212	10,49	33.693,88
22	602963	<b>Piso tátil direcional interno: Placas coláveis de PVC flexível, nas dimensões de 25 x 25 cm.</b> As placas devem possuir superfície antiderrapante, lavável, sem arestas vivas e com desnível chanfrado, não excedendo 2 mm em relação ao piso adjacente, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020 e NBR16537 DE 01 /2024 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. A fixação deverá ser realizada por meio de adesivo de contato adequado ao tipo de superfície. <b>Cor: Amarela.</b> Referências: Piso Tátil Direcional 25x25cm   PVC Direct Borrachas; Piso Tátil Direcional Borracha Pvc 25x25cm Marwell Industrial ou material equivalente.	un	9638	10,49	101.102,62
		<b>Piso tátil direcional interno: Placas coláveis de PVC flexível, nas dimensões de 25 x 25 cm.</b> As placas devem possuir superfície antiderrapante, lavável, sem arestas vivas e com desnível chanfrado, não excedendo 2 mm em relação ao piso adjacente, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020 e NBR16537 DE 01 /2024 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes				

23	602963	para elaboração de projetos e instalação. A fixação deverá ser realizada por meio de adesivo de contato adequado ao tipo de superfície. <b>Cor: Amarela.</b> Referências: Piso Tátil Direcional 25x25cm   PVC Direct Borrachas; Piso Tátil Direcional Borracha Pvc 25x25cm Marwell Industrial ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME /EPP em 25%</b>	un	3212	10,49	33.693,88
24	623229	<b>Adesivo de piso para acomodação do cão-guia:</b> Confeccionado em vinil PVC autoadesivo, com dimensões de 70 cm × 40 cm. Deve possuir impressão resistente e aplicação de laminação fosca de alta durabilidade. A sinalização deve atender aos requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020, item 5.3.5.2. A instalação deve ser realizada sobre superfície limpa e nivelada, garantindo boa aderência e visibilidade. Cor: Azul Pantone 300 Referências: “Adesivo SIA módulo de referência cão guia 0,70x0,40 m; “adesivo SIA” (Uinhub); “adesivo SIA” (WAT); ou material equivalente	un	514	34,18	17.568,52
25	623229	<b>Adesivo cadeira de rodas:</b> Sinalização de piso para marcação da área de espera destinada à pessoa em cadeira de rodas nos atendimentos e perícias, confeccionado em vinil PVC autoadesivo, com aplicação de laminação fosca de alta resistência. Dimensões: 0,80 m de largura × 1,20 m de profundidade. Deve conter o Símbolo Internacional de Acesso (SIA) e atender aos requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020, item 5.3.2. A instalação deve ser realizada sobre superfície limpa e nivelada, garantindo boa aderência e visibilidade. Cor: azul Pantone 300 Referências: “Adesivo SIA módulo de referência cadeirante 1,20x0,80 m; “adesivo SIA” (Uinhub); “adesivo SIA” (WAT); ou material equivalente.	un	514	130,39	67.020,46
26	248482	<b>Faixa de sinalização horizontal autoadesiva para portas e divisórias de vidro, cor azul pantone 300, largura de 100 mm:</b> Confeccionada em vinil PVC polimérico de alta performance, com largura de 100 mm. Deve possuir laminação protetiva contra raios UV, forte adesão e alta resistência à abrasão e à ação de agentes químicos. A sinalização deve atender aos requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020. Cor: azul Pantone 300 Referências: “Fita de Demarcação Uso Geral” (3M); “Fita Adesiva de Demarcação de Solo” (Supplypack); “Fita Demarcação de Solo PVC 100 mm” (Ultra Fitas); “Fita Para Demarcação De Solo” (Scotch); ou material equivalente.	m	3855	1,93	7.440,15
27	298647	<b>Fita adesiva antiderrapante fotoluminescente, destinada à sinalização de segurança em escadas, rampas e rotas de fuga:</b> Confeccionada com suporte vinílico de alta resistência e grãos abrasivos artificiais de óxido de alumínio, apresenta elevada durabilidade e resistência à abrasão, umidade, chuva, mofo, bolor e tráfego intenso, inclusive para áreas externas. Dimensões: largura de 50 mm e comprimento mínimo de 20 metros por rolo. Deve possuir faixa fotoluminescente central com brilho residual por no mínimo seis horas consecutivas após exposição à luz, permitindo a visualização de degraus e saídas de emergência em situações de queda de energia. Produto resistente à limpeza e aos agentes químicos, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020. Referências: “Fita Antiderrapante 3M™ Safety-Walk® Neon ” (3M); “Fita faixa lixa adesiva antiderrapante fotoluminescente fluorescente neon” (Ultra Fitas); “Fita Adesiva Antiderrapante Neon” (Vonder); ou material equivalente.	rolo	257	184,82	47.498,74
28	472085	<b>Adesivo 60+:</b> Adesivo quadrado confeccionado em vinil de alta resistência, com dimensões de 15 cm × 15 cm. Contém o símbolo do idoso (60+), impresso na cor branca sobre fundo azul Pantone 300, com acabamento fosco. O produto deve ser resistente à umidade, raios UV, abrasão e à limpeza, e apresentar boa aderência em superfícies lisas como metal, vidro e MDF, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020. Referências: “Comunicação	un	257	6,50	1.670,50



		Visual” (Planeta Acessível); “Adesivo S.I.A” (Anlik Soluções); (ViaTactil); “Sinalização Visual” (Prime Acessibilidade); ou material equivalente.				
29	472085	<b>Adesivo com o SIA (Símbolo de acesso internacional):</b> Adesivo quadrado confeccionado em vinil de alta resistência, com dimensões de 15 cm × 15 cm. Contém o Símbolo Internacional de Acesso (SIA), impresso na cor branca sobre fundo azul Pantone 300, com acabamento fosco. O produto deve ser resistente à umidade, raios UV, abrasão e à limpeza, e apresentar boa aderência em superfícies lisas como metal, vidro e MDF, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020. Referências: “Comunicação Visual” (Planeta Acessível); “Adesivo S.I.A” (Anlik Soluções); (ViaTactil); “Sinalização Visual” (Prime Acessibilidade); ou material equivalente.	un	1028	6,50	6.682,00
30	464842	<b>Placa adesiva com símbolo complementar de circulação - ESCADA:</b> Confeccionada em vinil de alta resistência, com dimensões de 15 cm × 15 cm. Impressa eletronicamente na cor branca sobre fundo azul Pantone 300, com acabamento fosco. Aplicada sobre placa de PVC branco com espessura de 2 mm. O produto deve ser resistente à umidade, raios UV, abrasão e à limpeza, e apresentar boa aderência em superfícies lisas. Fixação por fita adesiva dupla face, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020. Referências: “Sinalização em alumínio” (Sinalize); “Comunicação Visual para Acessibilidade” (Prime Acessibilidade, ou material equivalente.	un	1028	9,25	9.509,00
31	464842	<b>Placa adesiva com símbolo complementar de circulação - RAMPA:</b> Confeccionada em vinil de alta resistência, com dimensões de 15 cm × 15 cm. Impressa eletronicamente na cor branca sobre fundo azul Pantone 300, com acabamento fosco. Aplicada sobre placa de PVC branco com espessura de 2 mm. O produto deve ser resistente à umidade, raios UV, abrasão e à limpeza, e apresentar boa aderência em superfícies lisas. Fixação por fita adesiva dupla face, conforme requisitos da norma ABNT NBR 9050:2020. Referências: “Sinalização em alumínio” (Sinalize); “Comunicação Visual para Acessibilidade” (Prime Acessibilidade, ou material equivalente.	un	1028	9,25	9.509,00
32	478122	<b>Placa de sinalização com pictograma de uso do cômodo:</b> Confeccionada em vinil de alta resistência, com dimensões de 20 cm × 28 cm. Impressa eletronicamente na cor branca sobre fundo azul Pantone 300, com acabamento fosco. Aplicada sobre placa de PVC branco com espessura de 2 mm. O produto deve ser resistente à umidade, raios UV, abrasão e à limpeza, e apresentar boa aderência em superfícies lisas. Fixação por fita adesiva dupla face. Tipos de placas: • Sanitário feminino • Sanitário masculino • Sanitário feminino e masculino • Sanitário feminino acessível • Sanitário masculino acessível • Sanitário feminino e masculino acessível • Sanitário familiar acessível Referências: “Comunicação Visual” (Planeta Acessível); “Adesivo S.I.A” (Anlik Soluções); (ViaTactil); “Sinalização Visual” (Prime Acessibilidade); ou material equivalente.	un	1928	34,73	66.959,44
33	478122	<b>Placa de sinalização com pictograma de uso do cômodo:</b> Confeccionada em vinil de alta resistência, com dimensões de 20 cm × 28 cm. Impressa eletronicamente na cor branca sobre fundo azul Pantone 300, com acabamento fosco. Aplicada sobre placa de PVC branco com espessura de 2 mm. O produto deve ser resistente à umidade, raios UV, abrasão e à limpeza, e apresentar boa aderência em superfícies lisas. Fixação por fita adesiva dupla face. Tipos de placas: • Sanitário feminino • Sanitário masculino	un	642	34,73	22.296,66

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sanitário feminino e masculino</li> <li>• Sanitário feminino acessível</li> <li>• Sanitário masculino acessível</li> <li>• Sanitário feminino e masculino acessível</li> <li>• Sanitário familiar acessível</li> </ul> Referências: “Comunicação Visual” (Planeta Acessível); “Adesivo S.I.A” (Anlik Soluções); (ViaTactil); “Sinalização Visual” (Prime Acessibilidade); ou material equivalente. <b>Cota reservada para ME/EPP em 25%</b>				
34	605813	<p><b>Placa com letras em alto relevo e Braille, com identificação de uso do cômodo - 10x10 cm:</b> Confeccionada em alumínio ou material metálico equivalente, com acabamento seguro ao toque e superfície lisa. Dimensões: 10 cm × 10 cm. Deve conter texto em letras sem serifa em alto-relevo com altura mínima de 1 mm, e escrita em Braille posicionada abaixo do texto, com espaçamento e altura conforme norma ABNT NBR 9050:2020.</p> <p>A impressão deve apresentar contraste mínimo de 30 pontos de LRV entre os elementos táteis e o fundo da placa, garantindo legibilidade e percepção tátil. O produto deve ser resistente à abrasão, à limpeza, à umidade e aos raios UV. Fixação por fita adesiva dupla face de alta resistência, em superfície lisa e nivelada.</p> <p>Placas do tipo:</p> <p>Sanitário feminino</p> <p>Sanitário masculino</p> <p>Sanitário feminino e masculino</p> <p>Sanitário feminino acessível</p> <p>Sanitário masculino acessível</p> <p>Sanitário feminino e masculino acessível</p> <p>Sanitário familiar acessível</p> <p>Escada</p> <p>Rampa</p> <p>Elevador</p> <p>Plataforma elevatória de acesso</p> <p>Referências: “Placa Tátil” (Casa do Braille); “Placa Acessível” (iplacas); “Placa tátil Braille” (Total Acessibilidade); “Comunicação Visual para Acessibilidade” (Prime Acessibilidade); ou material equivalente.</p>	un	2570	23,95	61.551,50
35	602407	<p><b>Sinalização com letras em alto relevo e Braille para corrimão identificando o pavimento:</b> Confeccionada em alumínio ou material metálico equivalente, com acabamento seguro ao toque e superfície lisa. Dimensões: 10 cm × 3 cm. Deve conter texto em letras sem serifa em alto-relevo com altura mínima de 1 mm, e escrita em Braille posicionada abaixo do texto, com espaçamento e altura conforme norma ABNT NBR 9050:2020.</p> <p>A impressão deve apresentar contraste mínimo de 30 pontos de LRV entre os elementos táteis e o fundo da placa, garantindo legibilidade e percepção tátil. O produto deve ser resistente à abrasão, à limpeza, à umidade e aos raios UV. Fixação por fita adesiva dupla face de alta resistência, em superfície lisa e nivelada.</p> <p>Placas do tipo:</p> <p>Escada de acesso</p> <p>Rampa de acesso</p> <p>Térreo</p> <p>1º Pavimento (e demais numerações)</p> <p>Hall de entrada</p> <p>Portão de entrada</p> <p>Hall de acesso</p> <p>Referências: “Placa de corrimão” (Planeta Acessível); “Sinalização tátil para corrimão” (WAT Acessibilidade); “Placas Braille e visual” (Viatactil); “Placa Braille para corrimão” (Marwell); “Placa de sinalização tátil para corrimão” (Shopping do Braille); ou material equivalente</p>	un	8224	8,99	73.933,76
		<p><b>Placa Sinalização tátil em alto relevo e Braille, em acrílico, com Nome da Agência e horário:</b> Confeccionada em acrílico de alta resistência, com dimensões de 19 cm × 20 cm. Deve conter texto</p>				



36	621968	em letras sem serifa em alto-relevo com altura mínima de 1 mm, e escrita em Braille posicionada abaixo do texto, com espaçamento e altura conforme norma ABNT NBR 9050:2020. A impressão deve apresentar contraste mínimo de 30 pontos de LRV entre os elementos táteis e o fundo da placa, garantindo legibilidade e percepção tátil. O produto deve ser resistente à abrasão, à limpeza, à umidade e aos raios UV. Fixação por fita adesiva dupla face de alta resistência, em superfície lisa e nivelada. A instalação deve ocorrer entre 90 cm e 110 cm do piso, em local visível e desobstruído. Referências: “Placa Tátil” (Casa do Braille); “Placa Acessível” (iplacas); “Placa tátil Braille” (Total Acessibilidade); “Comunicação Visual para Acessibilidade” (Prime Acessibilidade); ou material equivalente.	un	514	84,50	43.433,00	
						Valor Global	2.617.434,49

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **data de assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, e o Identificador da Futura Contratação é 510181-78/2025.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Impacto Ambiental: As especificações técnicas de materiais e equipamentos levarão em consideração a redução do impacto ambiental, priorizando itens com menor pegada ecológica, como produtos recicláveis, reutilizáveis ou com baixo consumo energético, e que atendam a normas ambientais específicas. A escolha de fornecedores que comprovem práticas de gestão ambiental eficiente, como certificações ISO 14001 ou selo

verde, também será priorizada, conforme as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que estimula a adoção de critérios ambientais nas compras públicas;

4.1.2. Durabilidade e Reutilização: Será dada preferência a materiais e equipamentos com maior durabilidade, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, a geração de resíduos. Sempre que possível, as aquisições serão direcionadas a produtos que favoreçam a reutilização de componentes ou que possuam ciclos de vida prolongados, assegurando a economia de recursos no longo prazo;

4.1.3. Eficiência Energética e Redução de Desperdício: No caso de aquisição de equipamentos, será dada prioridade àqueles que atendam a normas de eficiência energética, como o selo PROCEL, que indica menor consumo de energia e maior eficiência no uso de recursos. Isso contribui para a redução de custos operacionais e a promoção de um ambiente institucional mais sustentável, alinhando-se às melhores práticas descritas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.1.4. Responsabilidade Social: Serão considerados também critérios de responsabilidade social nas aquisições, dando preferência a fornecedores que adotem boas práticas trabalhistas, garantam condições de trabalho justas e implementem políticas de inclusão social. O compromisso com o bem-estar social e a valorização dos direitos humanos será fundamental na seleção dos fornecedores, conforme o compromisso do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis com a promoção de práticas sociais responsáveis.

4.1.5. Gestão de Resíduos: As aquisições serão planejadas de modo a minimizar a geração de resíduos, priorizando produtos que possam ser reciclados, reutilizados ou que possuam embalagens que permitam o seu reaproveitamento, conforme as normas de gestão de resíduos sólidos, em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que orienta a adoção de boas práticas de gestão de resíduos nas compras públicas.

## **Subcontratação**

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

## **Garantia da contratação**

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

## **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.4. *Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*

4.4.1. *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*

4.4.2 *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*

4.4.1.3. *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.*

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **60 (sessenta) dias**, contados da **assinatura do Contrato**, em remessa única, no endereço da unidade requisitante, podendo sofrer alterações conforme necessidade.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços constantes do Estudo Técnico Preliminar, Anexo I deste TR.

5.3.1. A critério da administração, os quantitativos dos itens poderão ser remanejados entre as unidades vinculadas ao contrato, conforme necessidade.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

*5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;

7.2.4.2. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **3% (três por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:



7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

8.27. *A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.*

### **Cessão de Crédito**

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/10/2025.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado do item pertinente, ou da soma dos itens para os quais a empresa tenha ofertado o menor preço.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**Qualificação Técnica**

9.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



9.28.1.1. Venda com entrega de pelo menos 20% (vinte por cento) do quantitativo exigido no item, ou da soma dos quantitativos dos itens para os quais a empresa tenha ofertado o menor preço;

9.28.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.34. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.34.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.617.434,49 (dois milhões, seiscentos e dezessete mil quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. Por tratar-se de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. O modelo de Termo de Referência utilizado no presente documento foi o da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União:

Modelo de Termo de Referência - Aquisições - Lei n. 14.133, de 2021

Atualização: ABR/2025.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

12.3 Anexos:

12.3.1. .ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar;

12.3.1.1. ANEXO I do ETP- QUANTIDADE POR GERÊNCIA EXECUTIVA;

12.3.1.1. ANEXO II do ETP - ENDERÇO DAS UNIDADES PARA ENTREGA

Florianópolis/SC, 18 de novembro de 2025.

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

13.1. Não se aplica à presente licitação, tendo em vista que será celebrado instrumento contratual específico.

## **14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

14.1. Não se aplica à presente licitação, tendo em vista que será celebrado instrumento contratual específico.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria 137/2025 - (21931096)

**ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 16:03:46.*

Despacho: Portaria 137/2025 (21931096)

**CLAUDIO KIYOSHI NARITA**

Equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 16:11:24.*

Despacho: Portaria 137/2025 - (21931096)

**JULIANA DA SILVA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 15:26:53.*

Despacho: Portaria 137/2025 - (21931096)

**LILIAN SARTOR**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 19/11/2025 às 09:11:13.*

Despacho: Portaria 137/2025 - (21931096)

**MARIANA FERRUCIO FAVARO**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 16:57:44.*

Despacho: Portaria 137/2025 (21931096)

**MAURICIO RIBEIRO SECCHI**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 15:53:41.*

Despacho: Portaria 137/2025 (21931096)

**MONICA BORN DA SILVA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 19/11/2025 às 08:57:17.*